



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV  
GRADUAÇÃO EM LETRAS VERNÁCULAS

*Daiane Meneses de Oliveira*

Projeto Político Pedagógico  
Uma Prática em Construção

Jacobina – Ba

314

**Daiane Meneses de Oliveira**

**Projeto Político Pedagógico  
Uma Prática em Construção**

Monografia apresentada à Universidade do Estado  
da Bahia- Campus IV como requisito à obtenção da  
graduação do Curso de Letras Vernáculas

Orientador: Antenor Rita Gomes



Jacobina – Ba

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV  
GRADUAÇÃO EM LETRAS VERNÁCULAS

*Daiane Meneses de Oliveira*

Projeto Político Pedagógico  
Uma Prática em Construção

Monografia aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ para obtenção da graduação no curso de Letras Vernáculas

Banca Examinadora:

---

Nome do Professor(a) Orientador(a)

---

Nome do Professor(a) de Monografia

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais,  
pela compreensão e o estímulo  
em todos os momentos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, o que seria de mim sem a fé que eu tenho nele.

Aos meus pais, irmãos, que permitiram que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao professor Antenor Rita Gomes tornaram possível a conclusão desta monografia.

A todos os professores da UNEB que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

## PENSAMENTO

"Teoria é bom, mas não impede as coisas de acontecerem."  
(Jean Martin Charcot)

## RESUMO

A pretensão deste trabalho é justamente discutir questões referentes à elaboração do P.P.P, explicitando e compreendendo o seu significado e sua relação com a escola. Pois, na maioria dos casos percebe-se que o que muitas vezes é declarado no P.P. P serve apenas para a teoria e acaba sendo arquivado. A teoria deve sempre está iluminando a prática, elas deverão estar sempre unidas. A realização desse trabalho busca contemplar o estudo bibliográfico e pesquisa de campo, considerando que a escola precisa de fato definir sua organização pedagógica e administrativa através da elaboração do Projeto Político Pedagógico.

**Palavras-chave:** ensino/aprendizagem, gestão, projeto político e pedagógico.

## Abstract

The pretension of this work is exactly to argue referring questions to the elaboration of the P.P.P, being explicated and understanding its meaning and its relation with the school. Therefore, in the majority of the cases one perceives that what many times is declared in the P.P. P serves only for the theory and finishes being filed. The theory must always is illuminating the practical one, them will have to be always joined. The accomplishment of this work search to contemplate the bibliographical study and research of field, being considered that the necessary school in fact to define its pedagogical and administrative organization through the elaboration of the Project Pedagogical Politician.

**Word-key:** education/learning, management, project pedagogical politician and

# SUMÁRIO

1.1. Capa.....	01
1.2. Folha de Rosto.....	02
1.2. Folha de Aprovação.....	03
1.4. Dedicatória.....	04
1.5. Agradecimentos.....	05
1.6. Pensamento.....	06
1.7. Resumo/Abstract .....	07
1.8. Sumário.....	08

## ELEMENTOS TEXTUAIS

2.1. Introdução.....	09
2.2. Corpo do Trabalho.....	13
2.3. Conclusão ou Considerações Finais.....	36

## PÓS-ELEMENTOS TEXTUAIS ELEMENTOS

3.1 Referências Bibliográficas.....	41
3.2 Anexos .....	42
3.3 Apêndices.....	49

## I. INTRODUÇÃO

Os inúmeros problemas educacionais e o verdadeiro papel da educação são motivos de ampla discussão em toda a nossa sociedade.

No entanto, a sociedade contemporânea tem passado por transformações de caráter social político e econômico. Tais transformações são originadas pela adesão dos pressupostos neoliberais e da globalização da economia que têm norteado as políticas governamentais.

A escola e os professores gozam de certa autonomia na execução dos objetivos e na avaliação dos conhecimentos. A nova L.D. B que regulamenta a educação profissional indica avanços que tratam da questão curricular, avaliação, formação profissional, condizentes com mudanças sofridas no mundo do trabalho que está se alterando cada vez mais. Não podemos perder a oportunidade de reinventar a escola, precisamos fazer isso. A nossa concepção de educação tem muito haver com isso, ela precisa ser revista por todos os educadores, para tanto é necessário uma tomada de decisão de cada um. A escola não deve ficar afastada dos desafios que a sociedade impõe.

A escola é um dos segmentos sociais responsáveis pela promoção do desenvolvimento do cidadão, no sentido pleno da palavra. Então cabe a ele definir-se pelo tipo de cidadão que deseja formar. De acordo com a sua visão de sociedade. Cabe-lhe a incumbência de definir as mudanças que julga necessário fazer nessa sociedade, através das mãos que deseja formar. (...) Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. "Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade." (Veiga, 1995).

Definida a sua postura, a escola vai trabalhar no sentido de formar cidadãos conscientes, capazes de compreender e criticar a realidade, atuando na busca da superação, das desigualdades e do respeito do ser humano.

Para que a escola seja realmente um espaço democrático e não se limite a reproduzir a realidade econômica em que está inserida, cumprindo ordens e normas a ela impostas por

órgãos centrais da educação, deve-se criar um espaço para a participação e reflexão coletiva sobre o seu papel junto à comunidade.

Essa é a necessidade de conquistar a autonomia, para estabelecer uma identidade própria da escola, na superação dos problemas da comunidade a que pertence bem, mais do que o próprio sistema de ensino.

Quando a escola assume esse papel a sua postura nada mais é que assumir a responsabilidade de atuar na transformação e na busca do desenvolvimento social, seus agentes devem empenhar-se na elaboração de uma proposta para a realização desse objetivo. Essa proposta ganha força na construção de um Projeto Político Pedagógico. Mas, qual o real sentido do PPP nas escolas? Ele é realmente posto em prática?

A luta da escola é pela descentralização do poder em busca de sua autonomia de qualidade. A construção do Projeto Político pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade, e isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, de diálogo, fundado em reflexões coletivas.

Essa autonomia, porém não deve ser confundido com apologia a um trabalho isolado, marcado por uma liberdade ilimitada, a que transforme a escola numa ilha de procedimentos sem fundamentação nas considerações de todo o sistema de ensino, perdendo, assim, a perspectiva da sociedade como um todo.

A prática de construção de um projeto deve está amparada por concepções teóricas sólidas e supõe aperfeiçoamento e a formação de seus agentes.

O Projeto Político pedagógico é o fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. É antes de tudo, um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, alunos, seus pais e a comunidade como um todo.

Por ser uma ação intencional, com um sentido explícito, um compromisso definido coletivamente, que visa um rumo uma direção, o Projeto político pedagógico acaba sendo também um projeto político por está intimamente articulado ao compromisso sócio-político e com os interesses reais e coletivos.

O Projeto Político pedagógico, doravante denominado P.P.P, deverá ir além de um conjunto de planos e atividades. Não é algo para ser construído e arquivado ou ser enviado para autoridades educacionais para comprovar a efetivação de mais de uma tarefa burocrática. Deverá ser construído e vivenciado com todos os envolvidos no processo educativo da escola.

Político e pedagógico tem um significado que não pode se separar, o P.P. P deve ser considerado como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de soluções possíveis a sua intencionalidade, que é constituída, proporcionando uma convivência democrática que é necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania.

O P.P.P tem a preocupação em estabelecer uma organização do trabalho pedagógico que deverá superar conflitos, buscando uma melhor relação interior da escola.

Nesse sentido, consideramos que o projeto político pedagógico prevê todas as atividades da escola, do pedagógico ao administrativo, devendo ser uma das metas do Projeto, construir uma escola democrática, capaz de contemplar vontades da comunidade na qual ele surge,

tanto na sua elaboração quanto na sua operacionalização, desde professores, técnicos, pais, representantes de alunos, funcionários e outros membros da comunidade escolar.

A democracia é de suma importância na realização do P.P.P, pois através dela é que as Escolas Públicas cumprem o papel de formar cidadãos para e pela cidadania, podendo assim também melhorar o que é específico da escola. Na gestão da escola é importante essa

participação, pois ela propicia um melhor conhecimento do funcionamento da escola, favorecendo assim um contato permanente entre professores e alunos levando –os ao conhecimento mútuo e em consequência aproximará também a necessidade dos alunos, assim como uma proximidade das mesmas aos conteúdos trabalhados pelos professores.

No contexto atual marcado por sucessivas transformações, a educação, na qualidade de uma prática social, contribui positivamente no processo de democratização da sociedade brasileira. Deste modo, evidencia-se que a busca da qualidade na educação representa o desejo de prestar um serviço eficiente, no sentido de contribuir na formação de homem e mulheres capazes de compreender a sociedade em que vivem.

Nesse contexto, surgem vários questionamentos em relação a prática do P.P.P:

- Qual o sentido do P.P.P para os atores sociais da prática escolar?
- Em que medida as proposições do P.P.P determinam às práticas pedagógicas?

Os educadores não devem ficar eternamente nos preâmbulos. É preciso saber encarar as exigências de melhora qualitativa efetiva dos processos educacionais, enquanto destinados a possibilitar e a fazer emergir a construção de conhecimentos que ajudem os alunos na formação profissional com competência para enfrentar a vida em iguais condições de oportunidade, ânimo, alegria e determinação.

À escola sempre foi creditado o preponderante papel de ser um dos pilares de formação da sociedade. O P.P.P busca resgatar a escola como espaço democrático de reflexões e discussões dos problemas, apontando alternativas que possam atender as necessidades e, criando novas possibilidades que facilitem e permitam o alcance dos objetivos propostos.

Na atualidade a escola funciona como transmissora de conteúdos, servindo aos interesses de uma minoria. Quando em sua instalação, tem como princípios primordiais, refletir e questionar relações sociais existentes, que através da interação e construção do saber do conhecimento possibilitam aos alunos atos de pensar, refletir e agir criticamente, pois lhe é

atribuído quando finda o processo (período) educacional a titulação de Sujeito do Saber e do fazer.

Entende-se que o Projeto Político Pedagógico é uma ação intencional e o resultado de um trabalho coletivo, que busca metas comuns que intervenham na realidade escolar. Traduz a vontade de mudar, pensar o que se tem de concreto e trabalhar as utopias, permite avaliar o que foi feito e avaliar mudanças.

A intenção da escolha da temática em questão está em mostrar a importância do Projeto Político pedagógico no contexto escolar, uma vez que o seu processo de construção e execução visa planejar a ação presente com vistas à transformações da realidade, pois é uma função da melhoria dos serviços educacionais que se considera importante estruturar princípios que norteiam as práticas educativas.

A escola tem um papel bem mais amplo do que simplesmente passar conteúdos. Urge criar propostas que resultem de fato na construção de uma escola democrática e com qualidade social.

## **1. Metodologia**

A pretensão deste trabalho é justamente discutir questões referentes à elaboração do P.P.P, explicitando e compreendendo o seu significado e sua relação com a escola. Pois, na maioria dos casos percebe-se que o que muitas vezes é declarado no P.P.P, serve apenas para a teoria e acaba sendo arquivado. A teoria deve sempre está iluminando a prática, elas deverão estar sempre unidas.

A realização desse trabalho busca contemplar o estudo bibliográfico e pesquisa de campo, considerando que a escola precisa de fato definir sua organização pedagógica e administrativa através da elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Dessa forma cito abaixo os principais objetivos na realização desse Projeto de Pesquisa.

- Explicitar e compreender o significado do P.P. P para os atores sociais da Prática Escolar;
- Relacionar as proposições do P.P.P com as Práticas Pedagógicas adotadas pela escola;

Para que a escola possa nortear uma prática coerente com sua função social, é necessário que estabeleça metas que integrem aspectos pedagógicos administrativos e financeiros para a realização de seu Projeto educativo. Essa preocupação tem se traduzido, sobretudo pela reivindicação de um Projeto político Pedagógico próprio, específico de cada escola.

Dessa forma serão realizadas pesquisas “de campo” através de entrevistas, questionários que viabilize a construção de um trabalho que tem como objetivo mostrar a importância da produção e prática do Projeto Político Pedagógico.

Conforme determinado no Projeto Político-Pedagógico da escola, o ato pedagógico é um ato político, pois depende da coletividade que atua no espaço escolar e tem como premissa formar um cidadão a partir da intervenção direta dos docentes, que orientam os alunos para viver em sociedade.

... uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político, no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. ‘A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica.’ (Saviani 1983, p.93)

O Projeto Político Pedagógico cumprira seu papel se for uma construção coletiva com o objetivo de melhorar a prática educativa. Portanto, é importante ressaltar que a participação da comunidade escolar é de fundamental importância nesse processo de construção.

## II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1. O Projeto Político pedagógico

O Projeto Político Pedagógico tem sido assunto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em todos os níveis tanto nacionais como estaduais e municipais, buscando-se assim a melhoria da qualidade do ensino.

Segundo Ilma Passos Veiga (1997), “o Projeto Político Pedagógico é entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo, com base em seus alunos”.

O projeto Político Pedagógico é como se fosse um caminho pelo qual a escola deve percorrer, pois através dele a escola pode unificar suas atividades como forma de reinventar e dar um novo significado a tudo o que nela se faz. Ele tem suscitado muitos debates e discussões entre as mais diversas instâncias educativas. Por meio dele tem-se a possibilidade de vislumbrar um ensino melhor qualidade, quando é possível experimentar o exercício do pensar, elaborar e operacionalizar.

Para Veiga (1998), o projeto pedagógico não é um conjunto de planos e projetos de professores, nem somente um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, mas um produto específico que reflete a realidade da escola situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciado.

O Projeto Político pedagógico requer continuidade das ações e não simplesmente ser feito pensando apenas em uma das partes da escola, ele deve ser elaborado partindo desde as necessidades dos alunos, professores direção e todo corpo educativo. Sendo que o principal objetivo da elaboração do P.P.P é a sua prática.

Partindo das análises realizadas a algumas instituições de ensino como, percebi que a necessidade de se pr em prática toda a proposta dos Projetos Políticos Pedagógicos dessas instituições de ensino é urgente, pois na maioria das vezes tudo que é teoricamente tratado

no P.P.P serve simplesmente como um documentário que fica engavetado e que professores e funcionário muitas vezes não têm acesso ou mesmo nem sabe que ele existe.

Foi partindo dessa temática que surgiu minha inquietação em pesquisar qual é mesmo o real sentido do P.P.P para as instituições educativas.

Para Veiga (1997), o PPP é a organização do trabalho pedagógico como um todo. É preciso estar sendo estudado, refletido e discutido e quando necessário modificado, por todos os profissionais da educação envolvidos. Deverá ser criado para ser colocado em prática e não para ser arquivado. A teoria deverá estar sempre iluminando a prática, teoria e prática deverão estar sempre unidas.

É preciso que o PPP seja construído por toda comunidade escolar e seja realmente colocado em prática a fim de atingir cidadania, fazendo com que as pessoas cobrem, com isso, qualidade na educação.

Outro ponto importante é a valorização do magistério, em que o professor precisa sentir-se valorizado e incentivado para a formação continuada, através de melhores condições de trabalho e da remuneração.

Existe uma relação de atratividade muito grande entre o PPP e os compromissos sociais e políticos, bem como aos interesses reais e coletivos da comunidade escolar. Desta forma, se faz essencial a participação, em todo processo de construção e continuidade do P.P.P., dos pais, alunos, professores, direção e funcionários.

À escola sempre foi creditado o preponderante papel de ser um dos pilares de formação da sociedade. O PPP busca resgatar a escola como espaço democrático de reflexão e discussão dos problemas, apontando alternativas que possam atender as necessidades e, criando novas possibilidades que facilitem e permitam o alcance dos objetivos propostos.

Na atualidade, a escola funciona como transmissora de conteúdos, servindo aos interesses de uma minoria. Quando em sua instalação, tem como princípios primordiais, refletir e questionar as relações sociais existentes, que através da interação e construção do saber e do conhecimento possibilitam ao aluno os atos de pensar, refletir, analisar e agir criticamente, pois lhe é atribuído quando findo o processo (período) educacional a titulação de **Sujeito do Saber e do Fazer**.

Quando o discente questionar-se sobre esta realidade que é implantada na escola, o aluno traz os educadores que são envolvidos com conteúdos reprodutivos que às vezes foge à realidade. No entanto, os professores também são vítimas deste cenário, através da prática pedagógica na transmissão de conteúdos e utilização de projetos apresentados de forma impositiva, não sendo permitido apresentar críticas ou melhoras.

E o grande desafio se apresenta: Como conseguiremos na atual conjuntura social e econômica transformar esta realidade, tentando recuperar e redimir décadas de submissão?

Os professores, em especial, e todos os envolvidos necessitam de um período de adaptação; faz-se necessário estudar, testar e colocar em prática tudo que envolve o PPP sem medo e confiantes no resultado de sua implantação.

Existem várias barreiras naturais quando buscamos mudar estruturas consideradas primordiais na vida das pessoas. E o sucesso do PPP será decorrente da existência de:

- Confiabilidade e credibilidade junto aos pais, que na sua maioria transferem à escola o dever de educar e preparar seus filhos para o mundo, que exige pessoas cada vez mais qualificadas e preparadas para a “disputa”;
- Disponibilidade de tempo e doação de idéias para participar do projeto, pois as prioridades na atualidade são substituídas por projetos não comuns, mas sim individuais;
- Compromisso da família em preocupar-se até o início da vida escolar;
- Professores envolvidos, imbuídos e satisfeitos por participar deste projeto.

Acreditamos que a instituição do Plano Político Pedagógico seja o marco de uma mudança radical de idéias e atitudes. Que a comodidade e a esperança de dias melhores sejam substituídas pela luta de uma melhor vida, com respeito, dignidade e princípios que não o maior legado, modismo e tendência de nossas vidas. A felicidade é consequência

Quando a escola assume a responsabilidade de atuar na transformação e na busca do desenvolvimento social, seus agentes devem empenhar-se na elaboração de uma proposta para a realização desse objetivo. Essa proposta ganha força na construção de um projeto político-pedagógico.

Um projeto político - pedagógico ultrapassa a mera elaboração de planos, que só se prestam a cumprir exigências burocráticas:

“O projeto político-pedagógico busca um rumo, uma direção”. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio - político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. Veiga (1997)

Os inúmeros problemas educacionais e o verdadeiro papel da educação formal são motivos de ampla discussão na sociedade atual. Urge por em execução um esforço coletivo para ultrapassar as barreiras e entraves que inviabilizam a construção de uma escola pública que eduque de fato para o exercício pleno da cidadania e seja instrumento real de transformação social, espaço em que se aprenda a aprender, a conviver e a ser com e para os outros, contrapondo-se ao atual modelo gerador de desigualdades e exclusão social que impera nas políticas educacionais de inspiração neoliberal. A construção de um PPP pode contribuir para estabelecer novos paradigmas de gestão e de práticas pedagógicas que levem a instituição escolar a transgredir a chamada “educação tradicional”, cujo conteudismo de inspiração positivista está longe de corresponder às necessidades e aos anseios de todos os que participam do cotidiano escolar.

O projeto da escola deve indicar grandes perspectivas, quais os valores orientam a ação educativa, as ideologias em jogo, uma discussão do contexto local. Ele deve retratar as idéias e anseios da comunidade. Destacando assim valores sociais referentes à cidadania, política e democracia.

### **1.1 Cidadania e autonomia**

A cidadania e autonomia são hoje duas categorias estratégicas de construção de uma sociedade melhor em torno das quais há frequentemente consenso. Essas categorias se constituem na base de nossa identidade nacional tão desejada e ainda tão longe de ser alcançada e mudada.

O projeto pedagógico tem duas dimensões, como explicam André (2001) e Veiga (1998): a política e a pedagógica. Ele "é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade" (André, p. 189) e é pedagógico porque possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo". Essa última é a dimensão que trata de definir as ações educativas da escola, visando à efetivação de seus propósitos e sua intencionalidade (Veiga, p. 12). Assim sendo, dimensão política se cumpre na medida em que em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica "(Saviani, cit por Veiga,2001,p.13).

A autonomia escolar será assegurada pela destinação de recursos diretos, geridos pelo conselho escolar. Afirma-se que a autonomia financeira fortalece a identidade da escola e incentiva a participação da comunidade em seu apoio. A melhoria da qualidade do ensino será assegurada também pela otimização de recursos e pelo investimento em insumos e inovações, como materiais didáticos e tecnológicos; igualmente importante é a adoção de medidas de manutenção e melhoria da gestão e autonomia das escolas, além do treinamento prático e no serviço para docentes e direção da escola.

"O projeto político-pedagógico busca um rumo, uma direção". É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido

coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

(...) Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. "Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade." (Veiga, 1995).

Na verdade o que cansamos de ver é que as Instituições Educacionais muitas vezes não se preocupam com as idéias, opiniões, anseios e desejos dos alunos e acabam fazendo o que eles "acham" que deve ser feito. Porém, não sabem o quanto perdem, pois os alunos trazem muitas vezes uma bagagem riquíssima de contribuição e conhecimentos que deveriam ser aproveitados, tanto para realização de Projetos Políticos Pedagógicos ou até mesmo para Projetos Pedagógicos já que a proposta atual de um bom ensino é uma escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural de socialização e desenvolvimento do educando, preparando o para o exercício e direitos e cumprimento dos deveres, sinônimo de cidadania.

Muitas são as perguntas sobre o PPP e uma delas é: De quem é a responsabilidade da construção de um PPP?

A escola deve ser um espaço onde todos participem do planejamento e execução de todas as suas ações, onde o conjunto de valores, normas e relações obedecem a uma dinâmica singular e viva (VEIGA e RESENDE, 1998).

Ele não é responsabilidade apenas da direção. Ao contrário, numa gestão democrática, deve-se haver participação coletiva. Isso significa dizer que não se trabalha apenas uma única idéia, um padrão único.

Autonomia da escola não é, isoladamente, a autonomia dos gestores ou a dos professores ou a dos alunos ou a dos pais. Ela é resultante da confluência de várias formas de pensamento

e de interesses diversos que é preciso saber gerir, integrar e negociar. O projeto político-pedagógico, portanto, vai significar uma síntese desses diversos interesses e tem como propósito dar um sentido coletivo às autonomias individuais.

O processo educacional deve contemplar um tipo de ensino e aprendizagem que ultrapasse a mera reprodução de saberes “cristalizado” e desemboque em um processo de construção e criação e de apropriação de conhecimentos, possibilitando, assim que o cidadão se torne crítico e exerça a sua cidadania, refletindo sobre as questões sociais, buscando alternativas de superação da realidade.

## **1.2 Democracia e educação**

A democracia é de suma importância na realização do PPP, pois através dela é que as Escolas Públicas cumprem o papel de formar cidadãos para e pela cidadania, podendo assim também melhorar o que é específico da escola. Na gestão da escola é importante essa participação, pois ela propicia um melhor conhecimento do funcionamento da escola, favorecendo assim um contato permanente entre professores e alunos, o que leve ao conhecimento mútuo e em consequência aproximará também as necessidades dos alunos dos conteúdos ensinados pelos professores.

Todo o planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras, interferindo no processo histórico, instrumentalmente. De qualquer modo, para ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se ponha em relação de organicidade com a contextura da sociedade a que se aplica (Veiga. 2002, p.10).

O aluno aprende quando ele se torna sujeito de sua aprendizagem. E para ele tornar-se sujeito de sua aprendizagem, ele precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola que faz parte também do projeto de sua vida. Não há educação e aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem. A educação pertence a própria natureza do ato pedagógico.

aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem. A educação pertence a própria natureza do ato pedagógico.

A escola pública de qualidade para todos precisa ser uma escola em rede de colaboração solidária em todos os níveis – local regional e mundial. Daí a necessidade de novas diretrizes. A escola precisa passar de uma concepção de educação em seriação e da repetição de saberes da sociedade industrial, da parcelarização do conhecimento para uma concepção transdisciplinar da educação. Ela é um espaço de relações sócio-culturais.

Sabemos que a contradição social existe, porém, devemos ser otimistas e lutarmos acreditando numa escola cada vez mais comprometida com o PPP que trabalhe em busca da educação para e pela cidadania.

A organização escolar requer a construção de um projeto pedagógico que, elaborado coletivamente, possibilite à escola cumprir sua função de instância socializadora do saber.

(...) Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. COSTA (1995)

Partindo dessa perspectiva, a autora aponta a responsabilidade dos profissionais da escola (professores ou não) na tomada de decisões que nortearão o projeto pedagógico. O acesso, a permanência e o sucesso dos alunos, assim como o fracasso ou a exclusão escolar, podem ser resultantes, dentre outros fatores, da direção tomada no processo de construção do projeto pedagógico. Pois, a escola por si só não pode formar cidadãos, mas pode preparar e proporcionar condições para que os alunos possam se firmar e construir a sua cidadania.

Para COSTA (1995) a democracia no âmbito escolar requer a participação ativa no processo de planejamento, gestão e avaliação coletiva do projeto político-pedagógico. Isto se traduz na combinação entre forma, que significa uma administração compartilhada com

todos os segmentos que compõem a escola, e conteúdo, o projeto educativo que dá sustentação e confere uma identidade à escola.

### **1.3 Participação do educando na construção do P.P.P**

O projeto pedagógico não deve ser somente uma carta de intenções, nem apenas uma exigência de ordem administrativa, mas um trabalho realizado em conjunto por todos os segmentos da escola, no sentido de atender às necessidades locais e específicas da escola. Também não pode ser somente um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, mas um produto específico que reflita a realidade da escola situada em um contexto mais amplo que a influência e que pode ser por ela influenciado, assim, estaremos raciocinando por escala, ou seja, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações que enfrentamos diariamente. A concepção ampla e elementar indica que um currículo deve ter concepção relativamente ampla e elementar simultaneamente, ao invés de ser limitado e detalhista em sua concepção.

Segundo os PCNEM e os princípios estéticos, políticos e éticos da LDBEN, as organizações curriculares devem pautar-se pelas seguintes diretrizes:

- Identidade própria de cada instituição.
- Diversidade e autonomia de organização e de projetos, com acompanhamento e avaliação.
- Um currículo voltado para as competências.
- Interdisciplinaridade e contextualização.

As escolas, para exercerem a função social, precisam possibilitar o cultivo dos bens culturais e sociais, considerando as expectativas e as necessidades dos alunos, dos pais, da comunidade, dos professores, enfim, dos segmentos envolvidos no processo educativo.

Nesta perspectiva, é essenciais a vinculação da escola nas questões sociais e valores democráticos que interferem sobre a formação dos alunos. Para que isso garanta a formação

coerente de seus alunos ao longo da escolaridade obrigatória, é imprescindível que cada escola discuta e construa seu projeto político pedagógico.

O projeto político pedagógico, ao nosso ver, passa a ser o único instrumento democrático para que a comunidade escolar possa se organizar e construir dentro de seu espaço, a sua autonomia, que será o impulsionador da descentralização de suas ações e o fortalecimento de atitudes democráticas e comunicativas (CARVALHO e DIOGO, apud, VEIGA e RESENDE, 1998, p. 113).

Uma escola autônoma é uma escola que teve a liberdade de montar o seu Projeto Político-Pedagógico e o seu Regimento Interno de forma democrática, obedecendo a legislação vigente, mas acima de tudo, faz desses documentos o seu guia nas suas ações educacionais e administrativas que norteiam todo o fazer escolar.

Todas as questões que envolvem o saber pedagógico e as relações com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, obriga um pensar e uma reflexão contínua de todos os envolvidos nesse processo.

Nesse sentido, o projeto político-pedagógico é práxis, ou seja, ação humana transformadora, resultado de um planejamento dialógico, resistência e alternativa ao projeto de escola e de sociedade burocrático, centralizado e descendente. Ele é movimento de ação-reflexão-ação, que enfatiza o grau de influência que as decisões tomadas na escola exercem nos demais níveis educacionais. Segundo VASCONCELOS (1995), ele é a sistematização, nunca definida, de um processo de planejamento participativo, que define a intencionalidade da ação educativa, neste sentido, constitui-se numa construção coletiva de conhecimento, como elemento de integração da atividade prática da escola no processo de transformação da realidade.

O Projeto é justamente um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica. E, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da escola. (VASCONCELOS, 1995, 143).

A construção de uma gestão escolar participativa se coloca como exigência e contingência de um processo de afirmação da cidadania, na medida em que contribui para a conquista da autonomia política, superando relações verticalistas e padrões de gestão tecnocrática, engendrando mecanismos de exercício de poder firmados no compromisso com os reais interesses da maioria. Com efeito, a vivência do jogo da participação no âmbito da escola contribui para a construção de seu ETHOS educativo, ao torná-la um espaço vivo e dinâmico, em que a invenção criativa e o exercício dos princípios democráticos se traduzem como eixos norteadores de seu projeto educativo (COSTA, 1995, p. 37).

A LDB 9394/96, no artigo 12, define claramente a incumbência da escola de elaborar o seu projeto pedagógico. Além disso, explicita uma compreensão de escola para além da sala de aula e dos muros da escola, no sentido desta estar inserida em um contexto social e que procure atender às exigências não só dos alunos, mas de toda a sociedade. Ainda coloca, nos artigos 13 e 14, como tarefa de professores, supervisores e orientadores a responsabilidade de participar da elaboração desse projeto.

VEIGA (2001) entende a participação como um elemento político da ação, bem como da garantia de execução e continuidade das ações, afirma como pressuposto da construção de um projeto político-pedagógico emancipatório a articulação entre família, escola e comunidade, o que se constitui num desafio, uma vez que a tendência das escolas é de excluir no decorrer do processo, a participação dos pais e da comunidade.

Devemos ter em mente que se queremos indivíduos críticos, autônomos, participativos, devemos orientar nossas teorias e ações educacionais pelo princípio da reflexividade, pois necessitamos urgentemente de sistemas educacionais concretos capazes de fazer parte da realidade e influenciá-la produtivamente, estando isto numa estreita relação com os projetos educacionais.

### III . A VIVÊNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS

Muitas vezes, no dia-a-dia, a preocupação da direção acaba sendo “que a escola funcione”, e a dos professores acaba girando em torno do “manter a disciplina e cumprir o programa. O nosso risco, porém é este: somos devorados pelo urgente e não temos tempo para posicionarmo-nos diante do importante”. Frente a tantas dificuldades, porque a escola deve se interessar pelo Projeto? Ora, a função do projeto é justamente ajudar a resolver problemas, transformar a prática. Por isso é de suma importância que uma Instituição Educacional possua o Projeto Político pedagógico (P.P.P) e faça o ser reconhecido por todos os componentes da instituição. Segundo (Freire, 1987) a práxis é permanente no processo.

A questão do sentido do projeto é muito importante; é comum vermos escolas que passam rapidamente por esta etapa, considerando-a quase desnecessária, já que “o que vem a seguir é uma coisa boa e temos que chegar logo lá”. Deve-se estar atento a este momento para não se cair num ritual vazio, semelhante à distorção que ocorreu com o Plano de Ensino-Aprendizagem.

Projeto Político-Pedagógico, quando feito baseado numa autêntica ética, é um método de transformação, tendo em vista expressar o compromisso de grupo com uma caminhada. Dessa forma, tanto o dirigente pode cobrar coerência do dirigido, como o dirigido cobrar do dirigente, bem como dos companheiros entre si. Havendo um Projeto, existe maior facilidade em não se tomar as críticas como pessoais (as críticas devem fazer parte do cotidiano, se queremos superar as contradições).

Segundo Veiga (1995) a escola traça sua proposta pedagógica nos interessados nela e nos que podem propiciar na mesma as condições de efetividade e eficiência.

A comunidade educativa vai aprender fazer Projeto Político-Pedagógico fazendo. Não devemos, portanto, cair no erro de ficar esperando o “momento ideal”, que, evidentemente, nunca chegará. VASCONCELOS, Celso dos S. – Planejamento – Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político- Pedagógico- 15ª Edição – São Paulo: Editora Libertad, 2006

As entrevistas realizadas nas Instituições educacionais: Centro Educacional deocleciano Barbosa de Castro, Colégio Estadual Profª Felicidade Jesus de Magalhães, Colégio Municipal Pedro Daltro e Colégio Frei José da Encarnação direcionam o trabalho à questionamentos sobre o conhecimento e a prática do P.P.P nas citadas instituições.

### **1. Conhecimento do P.P.P pelos autores sociais da escola**

Falar da construção do projeto pedagógico é falar de planejamento no contexto de um processo participativo, onde o passo inicial é a elaboração do marco referencial, sendo este a luz que deverá iluminar o fazer das demais etapas. Alguns autores que tratam do planejamento, como por exemplo, Moacir Gadotti, falam simplesmente em referencial, mas outros, como Danilo Gandin, distinguem nele três marcos: situacional, doutrinal e operativo.

O objetivo do *Ato Situacional* é apreender o movimento interno da escola, conhecer seus conflitos e contradições, fazer seu diagnóstico e definir onde é prioritário agir.

No *Ato Conceitual*, a escola discute a sua concepção de educação e sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem, visando a um esforço analítico da

realidade constatada no *Ato Situacional*, e vai definindo como as prioridades devem ser trabalhadas.

O como realizar as tarefas configura o *Ato Operacional*, o que se refere às atividades a serem assumidas e realizadas para mudar a realidade das escolas. Implica a tomada de decisão para atingir os objetivos e as metas definidas coletivamente. Os movimentos de acompanhamento e avaliação devem seguir todos os atos, de forma a possibilitar a implementação de decisões coletivas, bem como introduzir novas questões e propostas de ações. A avaliação é também responsabilidade coletiva e parte integrante do processo de construção do PPP.

Veremos abaixo o questionamento realizado nas Instituições educacionais em que poderemos analisar e identificar tais marcos citados por Gadotti e Gandin.

### **1.1 Os alunos da escola conhecem e têm informações sobre o Projeto Político pedagógico?**

“Acompanham o desenvolvimento, porém ter acesso, conhecer, não” Maria<sup>1</sup>, (23-05-08), percebe-se que quando Costa (1995) fala em democracia e participação na realização do P.P.P, definindo que todos os alunos devem conhecê-lo e participar da sua construção, levando-se em conta a resposta de Maria, fica claro que há carência justamente dessas participação dos alunos e comunidade na elaboração. Deixando transparecer que o a construção Projeto Político pedagógico é função apenas da direção sem intervenção de pais nem alunos. É o que afirma Josefa<sup>2</sup>,( 26-05-08) quando responde ao mesmo questionamento: “Raramente. Indeadidamente, pois só é feito isso através do professor”.

Nesse sentido percebe-se que há uma contradição em relação ao artigo 12º da LDB que fala claramente que é incumbência da escola elaborar seu projeto. Os artigos 13º e 14º colocam

nas mãos de professores, supervisores e orientadores de participar da elaboração do projeto. Com essa incumbência prevista no artigo 12º, ela está ampliando o conceito da escola para além da sala de aula e além dos muros da escola. Criando assim uma proposta pedagógica para desenvolver no aluno a cidadania, a sua capacidade de ser como pessoa e a capacidade para o trabalho. Isso implica em uma escola inserida em um contexto social.

---

Maria<sup>1</sup> e Josefa<sup>2</sup>, são nomes fictícios para que se possa proteger a identidade dos entrevistados.

## **2. Projeto Político pedagógico como suporte.**

Vimos que vários autores definem o P.P.P. como sendo um documento que auxilia professores e direção dando suporte aos procedimentos, ações e atitudes educacionais que muitas vezes precisam seguir algumas regras. Ao entrevistar os dirigentes, direcionei-lhes uma pergunta para que lês enfocassem em que sentido o P.P.P auxiliava-os em sua prática e na prática dos professores. Tive como resposta as seguintes citações:

Ele auxilia, pois é um trabalho feito em conjunto com o propósito em parceria. No início do ano sempre se ler o Projeto Político pedagógico e faz-se as adaptações. O P.P.P é uma coisa pessoal da escola, os pais não dão importância, no final acaba ficando encostado só para dizer que tem (Josefa, 27-05-08)

Na realidade o que cansamos de ver é que as Instituições educacionais muitas vezes não se preocupam com as idéias, opiniões, anseios e desejos dos alunos e acabam fazendo o que eles “acham” que deve ser feito. A responsabilidade da construção do P.P.P. não é apenas da direção. Ao contrário, numa gestão democrática, deve-se haver participação coletiva. Isso significa dizer que não se trabalha uma única idéia, um padrão único.

## **3. Função do P.P.P na Escola**

Ao pensar a prática política, o ato de educar é um ato político conforme Paulo Freire. É importante analisar que enquanto as teorias sempre marcam os cursos de educação, é preciso ter consciência que o ato de planejar vai além da mera elaboração de idéias.

Um Projeto Político Pedagógico corretamente construído ajuda a pensar um processo de ensino

aprendizagem com melhor qualidade e torná-se possível de provocar mudanças. (Veiga, 1996).

### **3.1 Se não existisse o Projeto político pedagógico em sua escola, isso atrapalharia sua prática?**

O trabalho é direcionado basicamente no P.P.P, ele é o norteador de todas as atividades. Pois em toda a escola se trabalha com a interdisciplinaridade e com projetos desenvolvidos por todas as áreas (Maria, 23-05-08), Já (Inês<sup>3</sup>, 26-05-08) afirma que: O PDE e o PDDE vêm incluso e ajudam na melhoria do trabalho para o colégio. Sem eles não se consegue ter uma boa administração, pois a escola precisa de recursos financeiros.

Percebe-se nas citações das entrevistadas (In:apêndices pg.) que muitas dirigentes educacionais ainda confundem o P.P.P com P.D.D.E que é o Plano de Desenvolvimento da Educação. O PDDE presta assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas de educação especial registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Os recursos são destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos.

O PDDE tem sua importância significativa dentro do desenvolvimento de ensino de qualquer Instituição Educativa, porém se fazer valer apenas dele como sendo o documento principal e que norteia as ações pedagógicas e curriculares é um erro gravíssimo já que O P.P.P visa definir e trabalhar desenvolvendo práticas educativas, já o PDE e PDDE práticas econômicas.

Há de se discutir, portanto, o sentido do que seja o PPP. Gadotti (1994) observa que fazer um projeto significa lançar-se para frente, antever o

futuro. O projeto é, pois, um planejamento em longo prazo, atividade racional, consciente e sistematizada que as escolas realizam para traçarem a sua identidade como organização educativa. Nessa direção, Veiga (1996; 1998) nos faz perceber que o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um P.P.P

Nelson Linhares, (26-06-08) diz que: "Alguns aspectos ressaltados no P.P.P se aplicam, porém não dá para se aplicar no todo. Os alunos não têm informações sobre o P.P.P".

Durante as investigações e pesquisas realizadas de P.P.P de algumas Escolas (In: anexo, pg.) foi percebido que na realidade todos os Projeto relatam com eficácia seus objetivos justificativas no que se referem as práticas a serem desenvolvidas na Instituição, porém essas práticas pouco ou muitas vezes não são praticadas.

A preocupação muitas vezes está voltada basicamente para as situações financeiras, econômicas, como se o P.P.P estivesse destinado simplesmente a essa prática.

Maria, (23-05-08), afirma que: "O projeto é construído pelos professores e ele serve como um direcionador, pois o trabalho sem um projeto tende a ficar "solto", sem direcionamento", porém, Nedja (26-05-08), afirma que "Não, pois tem outros meios de se desenvolver o trabalho e tem também a ajuda do gestor maior que é o prefeito".

VASCONCELOS 1995, pg.143, aponta alguns equívocos e dificuldades que atravessam o processo de formulação do projeto político pedagógico, como: comodismo por parte dos sujeitos, imediatismo, perfeccionismo, falta de esperança/confiança na instituição, formalismo, falta de experiência de caminhada comum enquanto grupo, rotatividade das pessoas, falta de condições objetivas de espaço-tempo para encontro, reflexão, elaboração e

acompanhamento, faltam de exercício democrático na escola. Além desses, outras dificuldades se colocam como entraves para que esse projeto, mesmo quando “bem” formulado, possa cumprir as finalidades tão essenciais à concretização da concepção de educação que expressa. Uma dessas dificuldades é a visão burocratizada de planejamento, bastante presente entre os educadores. Outra dificuldade está relacionada à articulação do projeto com o planejamento da ação em sala de aula.

Diante das sentenças afirmativas a cima, o que se percebe é que as Instituições Educacionais mesmo sabendo da importância do P.P.P, ainda sentem dificuldades no momento de sua aplicabilidade, sem falar que algumas vêem como ponto significativo e mais importante do Projeto político pedagógico o que ele acompanha como por exemplo: O PDE e o PDDE, dando atenção maior à questão financeira referente à economia e gastos.

A grande problemática do professor hoje é que ele tem um salário baixo e trabalha muito. Ele tem péssimas condições de trabalho, com salas superlotadas. Ele fica na escola exercendo a profissão apenas com sua formação inicial. Ou seja, se ele detém o diploma de curso normal, ele já começa a trabalhar. Ele não tem tempo, e muitas vezes dinheiro, para frequentar uma universidade; ele não tem dinheiro para comprar livros. Se ele tem um curso superior - suponhamos, é formado em Pedagogia -, praticamente ocorre a mesma coisa. Ele dá aula de manhã, à tarde e à noite. Então, o que está fazendo a defasagem desse professor não é só a questão da má formação. Ele se desqualifica dentro do processo de trabalho, sua formação tende a se deteriorar no exercício da profissão. Você pode até fazer um projeto com concepções bonitas, mas na hora de operacionalizá-lo o professor não consegue colocar na prática aquilo que a teoria recomenda. O resultado é um projeto que fica na prateleira, que foi feito apenas para cumprir uma função ou solicitação da Secretaria de Educação ou do próprio MEC. É um projeto feito apenas para cumprir uma tarefa burocrática.

O projeto político-pedagógico, como instrumento de controle, está voltado para a burocratização da instituição educativa, transformando-a em mera cumpridora de normas técnicas e de mecanismos de regulação convergentes e dominadores.

A primeira coisa que as escolas têm que fazer é incorporar a idéia da gestão democrática, de administração colegiada. Dessa forma, a escola é administrada com representantes do corpo docente, dos estudantes, dos funcionários e da direção da escola. E teríamos também representantes dos pais e da comunidade dentro do conselho de classe. Com cada segmento tendo a sua representatividade, poderia pensar em um segundo momento, em que cada segmento estaria individualmente tentando articular suas decisões no colegiado.

VEIGA (2000) concebe o projeto como uma totalidade articulada decorrente da reflexão e do posicionamento a respeito da sociedade, da educação e do homem, como uma proposta de ação político-educacional e não um artefato técnico, pois o que dá clareza ao projeto político-pedagógico é a sua intencionalidade.

Através da experiência percebe-se uma desarticulação entre leis. Teoria e prática. A escola muitas vezes demonstra um desinteresse em utilizar meios para refletir sobre o projeto político pedagógico, assim como uma desarticulação com as leis e teoria. Porque existe desencontro tão significativo entre teoria e prática referentes ao P.P.P?

A preocupação com continuidade das ações, com a permanente prática de avaliação e planejamento, com a credibilidade e a garantia de ser fiel às idéias dos que estão se engajando e partilhando dos nossos propósitos é sempre uma das nossas metas, para evitar que seja o Projeto Político Pedagógico mais um documento frio e burocrático feito apenas para cumprir uma exigência do sistema.

Parece haver uma confusão por parte de alguns profissionais que atuam na escola em relação aos aspectos políticos que o projeto deve favorecer, inclusive, os próprios órgãos superiores não conseguem separar a política educacional da política partidária. Saviani (1999:92), expressando sua opinião a respeito de educação e política, diz que: Uma análise, ainda que superficial, do fenômeno educativo nos revela que, diferentemente da prática política, a educação configura uma relação que se trava entre não antagônicos. (...) Em se tratando da política ocorre o inverso. (...) No jogo político se defrontam interesses e perspectivas mutuamente excludentes. Por isso em política o objetivo é vencer e não convencer.

O projeto político-pedagógico não deve constituir-se, para os atores envolvidos, em um instrumento de escalada junto à estrutura de poder da Secretaria ou Conselho Estadual de Educação e, em última instância do próprio Estado. Sua atuação deve centrar-se, antes na geração de políticas em seu próprio interior e na coordenação e avaliação de ações educativas que visem à totalidade da realidade educacional.

#### IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos em uma sociedade onde todos possam ter as mesmas oportunidades e para isso precisamos estruturar uma escola que oportunize situações que façam com que os jovens se tornem cidadãos capacitados a enfrentar as mais diversas situações no seu cotidiano.

Pensar a escola e a construção de seu projeto de vida requer o estabelecimento dos conceitos pelos quais se fundamentam suas percepções de um projeto político-pedagógico. Sendo suas bases a visão de sociedade a qual responde, os novos paradigmas educacionais, as definições das especificidades da organização escolar, a visão clara da finalidade da escola como construtora da cidadania e as ambigüidades dos saberes docentes, no que estabelece a dimensão da qualidade desejada na educação.

Na concepção de um projeto político tem-se que, a emancipação humana dá-se dentro da filosofia de educação que norteia a sociedade vigente. Sendo assim, o projeto político deve estabelecer quais as necessidades sociais, de acordo com a sociedade e momento histórico, a que estará incluído. Dentre elas vê-se a qualidade de vida e as definições mercadológicas, que configuram um dos novos paradigmas educacionais emergentes, ou seja, a *importância do contexto*, à que o movimento de aprendizagem se inicia na relação do homem com o mundo e na objetivação deste com o mundo do trabalho. Este posicionamento permitirá a construção do conhecimento como missão da escola, sendo dada pela inter-relação dos sujeitos envolvidos: diretores e equipe pedagógica (coordenadores, supervisores e orientadores), professores, alunos e comunidade externa. Em um processo sem um determinador hierárquico e sim, de acordo com as diferentes esferas de responsabilidades.

Essas necessidades sociais delinearão os norteadores a que se referem os conhecimentos curriculares. *Compete à instituição escolar gerir a seleção de um conjunto*

*de conhecimentos curriculares mínimos, que correspondam aos interesses e peculiaridades de seus agentes e ao contexto que estão inseridos. O que fornece ao projeto político a autonomia pedagógica, que auxiliará a aprendizagem, dentro do novo paradigma educacional, que coloca como foco o aprendiz, definindo-o como ser totalitário, autônomo, incluso e que possui relação dialética com o mundo. Porém, primando que a interação social não parta de interesses apenas individuais ou locais e sim vinculados a um contexto maior de sociedade emancipatória do sujeito. Nesse momento dá-se a construção dos norteadores educacionais, também conhecidos como planos de ensino ou ementas educacionais.*

Nota-se que o Projeto político Pedagógico requer continuidade das ações descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.

Sabemos que ocorre muitas vezes o movimento de resistência da parte dos educadores, é uma luta de possibilidades e mudanças que se faz necessária dentro e fora da escola, haja vista a comunidade educativa possuir um envolvimento que emancipará as ações do ponto de vista crítico, pois sabemos que democratizar na escola significa favorecer o desenvolvimento das capacidades intelectuais do educador e educando para que juntos se apropriem dos conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzindo e construindo a história em um processo coletivo.

Esta é uma habilidade de cada escola, de cada um que vive e convive nela e dela busca desenvolver-se com responsabilidade.

Durante o processo de investigação, constatamos aspectos significativos, que foram apontados pelos sujeitos pesquisados e que poderão contribuir para o bom funcionamento da escola.

A maioria dos segmentos relatou que é de fato indispensável ter na escola um projeto que direcione os trabalhos da escola.

Nesse sentido, é possível considerar o Projeto Político pedagógico como sendo que a escola deve percorrer, pois é através dele que essas instituições poderão unificar suas atividades como forma de reinventar e dar um novo significado a tudo o que nela se faz. Essa resignificação deve desmistificar as ideologias dominantes que ocultam uma infinidade de pressupostos e não permitem a viabilização de uma escola de qualidade para todos.

Estabelecer em lei que a escola deve ela própria, elaborar seu projeto pedagógico é reconhecer a capacidade de projetar autonomamente seu futuro, onde a comunidade educativa, consciente e comprometida assume questionar e transformar o presente que não mais responde. Esse é um desafio que requer muita luta, esforço, oposição e conflitos.

Deste modo, o desafio da implantação do Projeto Político Pedagógico a partir da gestão democrática, deve ter como meta o desejo de construir uma escola que assuma o diálogo e a

participação solidária como princípios básicos de sua proposta de trabalho, que tenha a ousadia de assumir a utopia de transformação.

Partindo das análises realizadas, buscar-se-á necessidades subjacentes, por exigir atenção, sensibilidade e perspicácia. É um trabalho sutil: nos quais as carências institucionais perscrutam a realidade.

Um Projeto Político pedagógico não se encerra no diagnóstico, ao contrário inicia-se com um diagnóstico informativo, avaliativo para que possamos revitalizar, reprogramar, rever os descompassos existentes nas ações realizadas ou realizáveis imediatas ou a longo prazo no âmbito pedagógico administrativo e financeiro.

O marco referencial e o diagnóstico são duas das três partes do P.P.P , para que como pano de fundo venha fornecer critérios de análise da realidade em comparação do ideal com real, para garantir o equacionamento das ações concretas, relevantes para a instituição, no sentido de suprir suas necessidades garantindo ter respostas eficazes para a investigação realizada.

A continuidade deste deverá passar pelo processo decisório quanto às programações que poderão vir a ser estruturadas da seguinte forma: linhas de ação, ações concretas, atividades permanentes e determinações que deverão ser concebidas pela comunidade educativa como resposta de sua participação na construção do Projeto Político pedagógico.

Pensando assim apresento aqui meus estudos, pesquisas e contribuições para todos aqueles que desejarem construir o caminho da prática pedagógica coletiva. Contudo este não pode ser visto como uma fórmula, mas como uma reaproximação de existência do coletivo inserido na comunidade educativa chamada ESCOLA.

## Referências

- 1- GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (orgs). Autonomia da Escola; Princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.
- 2- VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 23. Ed. Campinas: Papirus, 2001.
- 3- RESENDE, Lúcia Gonçalves de VEIGA, Ilma. Passos A. (orgs). Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.
- 4- PADILHA, Paulo Roberto Padilha. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo, Cortez/IPF.
- 5- \_\_\_\_\_. Pedagogia do Encontro: o currículo como relação inter-transcultural na escola. Tese de doutoramento (em andamento), São Paulo, Faculdade de Educação da USP, 1999-2002.
- 6- RIBEIRO JÚNIOR, Jorge Cláudio Noel. A festa do povo pedagogia de resistência. (Petrópolis, Paulo, Vozes, 1982:42-43).
- 7- VASCONCELOS, Celso dos S. – Planejamento – Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político- Pedagógico- 15ª Edição – São Paulo: Editora Libertad, 2006
- 8- VASCONCELOS, Celso dos S. – Planejamento – Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político- Pedagógico- 15ª Edição – São Paulo: Editora Libertad, 2006

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV  
GRADUAÇÃO EM LETRAS VERNÁCULAS

1 - Os alunos da escola conhecem o Projeto Político pedagógico? Comente

---

---

---

---

---

---

2- No que o projeto Político pedagógico influencia sua administração?

---

---

---

---

---

---

3- Se não existisse o projeto Político pedagógico em sua escola isso atrapalharia sua prática?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

4- Os alunos têm informações sobre o projeto político pedagógico?

---

---

---

---

---

5 - No que o projeto político pedagógico auxilia sua prática?

---

---

---

---

---

---

6- Qual é o papel do projeto Político pedagógico na escola?

---

---

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV  
GRADUAÇÃO EM LETRAS VERNÁCULAS

Colégio Deocleciano Barbosa de castro

( Coordenadora Pedagógica, Maria<sup>1</sup>)

Respostas da entrevista realizada dia 23- 05- 08.

- 1- Acompanham o desenvolvimento as mesmas, porém conhecer, ter acesso não.
- 2- O trabalho direcionado basicamente no P.P.P, ele é o norteador.
- 3- O projeto é construído pelos professores ele serve como um direcionador, pois o trabalho sem um projeto tende a ficar solto sem direcionamento.
- 4- acompanham através do desenvolvimento das aulas.
- 5- Em toda a escola se trabalha com interdisciplinaridade com projetos desenvolvidos por todas as áreas.
- 6- Nortear, direcionar os trabalhos amarrando integrando todas as áreas para que exista a interdisciplinaridade.

---

Maria<sup>1</sup>, nome fictício para manter a identidade do entrevistado.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV  
GRADUAÇÃO EM LETRAS VERNÁCULAS

**Colégio Estadual professor felicidade de Jesus Magalhães**

(Coordenadora Josefa<sup>2</sup>)

- 1- Raramente. Indeadamente, pois só é feito isso através do professor, a coordenação orienta o professor para isso.
- 2- Ele orienta, norteia todos os projetos e trabalhos da escola.
- 3- No momento já que existe sim. Antes era mais solto. Hoje ele dá um suporte para que todos sigam as mesmas metas dando uniformidade. Pois ele é a identidade da escola.
- 4 – São formados através do professor.
- 5 – Ele auxilia, pois é um trabalho feito em conjunto com propósito em parceria. No início do ano sempre se ler o projeto político pedagógico e faz suas adaptações. O projeto é uma coisa pessoal da escola, os pais não dão importância. Muitas vezes ele fica encostado só para dizer que tem.

Ele é o retrato fiel da escola. É um documento que deve ser colocado em prática no processo educativo, dando uma visão de princípios e valores para os alunos. Vão certificar os alunos dando uma tomada de consciência.

---

Josefa<sup>2</sup>, nome fictício para proteger a identidade dos entrevistados.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV  
GRADUAÇÃO EM LETRAS VERNÁCULAS

**Colégio Municipal Pedro Daltro**

(Diretora Nedja, 26-05-08)

- 1- Ainda não porque as pessoas que estavam atuando não informavam a eles sobre o projeto.
- 2- O PDE e o PDD vêm inclusos e é uma forma de melhoria de trabalho para o colégio. Sem ele você não consegue uma boa administração, pois se precisa de recursos para a escola.
- 3- Não, pois se tem outros meios de se desenvolver o trabalho e tem também a ajuda do gestor maior que é o prefeito.
- 4- Não.
- 5- Eles ajudam na construção do projeto e a seguir as normas.
- 6- Ajudam nas reformas, comprar objetos. É a unidade executora para se fazer os benefícios na escola, compra de materiais etc.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV  
GRADUAÇÃO EM LETRAS VERNÁCULAS

**Colégio Estadual Frei José da Encarnação**

(Diretor Nelson Linhares)

- 1- Pelo tempo que atuo como diretor não conheço talvez tenha participado na elaboração.
- 2- Alguns aspectos se aplicam. Não dá para aplicar no todo. Influencia em parte. Na parte pedagógica, influencia na organização participativa no caso de reunião.
- 3- Não totalmente. Em parâmetros não tem como funcionar. Ele tem alguma meta a serem cumpridas, algumas funcionam outras não.
- 4- Não eles não têm informações.
- 5- Praticamente a direção total da escola. Dando rumo seguindo objetivos. Formando cidadãos preparados para uma sociedade pós-moderna e pós industrial.
- 6- Formar cidadãos orientadores dando rumo, assim como unir todos os funcionários da instituição.

Projeto Político Pedagógico da Escola 2007/2009

Escola Frei José da Encarnação  
Jacobina - Bahia

**Projeto Político pedagógico – Escola Frei José da  
Encarnação 2007/2009**

**I - Apresentação**

Este documento elaborado pelo corpo docente e direção, apresenta sucintamente ações e diretrizes que nortearão o trabalho pedagógico do Frei José da Encarnação 2007 a 2009, o qual é o retrato dos anseios, expectativas e direcionamento que se pretende dar a Escola em seus aspectos: pedagógicos, sociais, éticos e administrativos.

Escola Estadual Frei José da Encarnação  
Port. 2975 – D. 01 06.05/81  
Port. 4374 – D. 01 12/07/93

## II – JUSTIFICATIVA

A busca por uma Escola Pública de Qualidade é uma luta de todos nós, por isso, o quadro docente, coordenação e direção da Escola Estadual de 1º Grau Frei José da Encarnação, engajados nesta luta, estruturou o Projeto Pedagógico para a conquista de um espaço político-pedagógico de aprendizagem e de formação de cidadãos, oportunizando ao alunado a expansão do seu potencial humano, através de experiências enriquecedoras, no agir e fazer criativos, estimulando a auto-realização e o preparo para a participação consciente, no contexto de uma sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia, das comunicações, da educação e da cultura, pelo pluralismo político e pela emergência do poder local.

A parceria família/escola será de fundamental importância para o êxito de nossas atividades. Portanto, justifica-se buscar e incentivar a parceria através de reuniões atraentes e diversificadas, apresentações dos trabalhos realizados durante as unidades e comemorações de datas festivas, escolhidas pelos pares que compõem a referida escola.

A referida Unidade Escolar encontra-se em boas condições, atendendo, na medida do possível, às necessidades gerais, embora urge como prioridade a construção de salas para coordenação, artes, laboratório de Ciências e a ampliação de laboratório de informática com acesso a Internet, que vêm funcionando precariamente por falta de espaço próprio para sua utilização.

Mesmo diante das dificuldades existentes, o presente projeto procura apresentar mecanismos para superá-las, na medida do possível, buscando o fortalecimento da Unidade Escolar e a Qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Escola Estadual Frei José da Encarnação  
Port. 2875 – D. Of. 06/05/81  
Port. 4374 – D. Of. 13/07/98

## **V – OBJETIVOS AMPLIADOS DA UNIDADE ESCOLAR:**

Oportunizar ao aluno o desenvolvimento de sua autovalorização como pessoa e como ser humano, transformando-o num ser político, consciente do seu papel na história, em que ele está inserido integrante de uma sociedade e num agente modificador da realidade, para a melhoria e desenvolvimento do mundo em que vive, visando a construção de uma sociedade mais fraterna. Para isso, é imprescindível a redução dos índices de evasão e reprovação, criando condições práticas para que o aluno possa vivenciar a importância do que se quer aprender, otimizando a qualidade continuamente, valorizando e aproveitando todo o potencial que ele tenha a oferecer.

Estimular o educando a desenvolver também suas idéias e que ele possa interagir, construir, opinar, fazer inferências melhorando assim os saberes constituídos. Assim, formaremos o cidadão que irá exercer com dignidade e respeito a sua cidadania. Melhorar ainda, a qualidade de ensino a fim de que possa se evidenciar no corpo discente um resultado satisfatório quanto a: leitura, produção oral e escrita, bem como domínio das competências discursivas.

Faz-se necessário ainda, ampliar o raciocínio lógico-matemático do educando, através da problematização dos conteúdos matemáticos; estabelecendo relações com ações e atividades do seu cotidiano. É importante salientar também o desenvolvimento das múltiplas inteligências, tais como: artísticas, corporais, musicais, lingüísticas, entre outras.

## **VI - METAS DA UNIDADE ESCOLAR**

1. Reduzir os índices de evasão e repetência em 5%; (rever o índice deste ano – 2006).
2. Trabalhar a interdisciplinaridade visando mais compreensão do contexto social no qual o aluno está inserido, respeitando e valorizando as pluralidades culturais;

Projeto Político Pedagógico da Escola 2007/2009

3. Viabilizar o aumento do acervo bibliográfico, propiciando a alunos e professores fontes diversificadas e prazerosas de informações;
4. Buscar parceiros (amigos da escola), para auxiliar o funcionamento da biblioteca, melhorando o atendimento a toda comunidade escolar.
5. Incentivar a participação dos professores nos cursos de aperfeiçoamento, formação contínua;
6. Criar um espaço para reforço (em turno oposto) para orientar os alunos a melhorar o seu desempenho na área de Língua portuguesa e Matemática, buscando a parceria dos alunos do 1º e 2º semestre do Curso de Letra e Matemática com alunos de 2º grau que tenha habilidade com essas disciplinas
7. Estabelecer um trabalho para fortalecer a parceria família/escola/sociedade na busca e construção de um processo de ensino/aprendizagem de qualidade;
8. Viabilizar condições didático-pedagógicas para o corpo docente e discente;
9. Desenvolver campanhas em parceria com escolas particulares e pais para a ampliação do acesso bibliográfico;
10. Solicitar coordenação pedagógica para melhor articular os projetos e acompanhar o trabalho pedagógico;
11. Fazer uma avaliação por unidade do desenvolvimento do (PPP) projeto político Pedagógico da escola.
12. Ampliar a videoteca buscando apoio da comunidade.
13. Implantar a recuperação paralela concomitante ao desenvolvimento das unidades letivas (ao longo do processo);
14. Solicitar do Estado a implantação da Internet e a manutenção do laboratório de informática.
15. Incentivar o trabalho voluntário (campanhas de alimentos, agasalhos, campanhas por parte formativas e etc), dos alunos e professores, visando despertar o exercício da cidadania.
16. Desenvolver diversas atividades práticas que levem os alunos a contribuírem com a preservação de todo espaço escolar.
17. Proporcionar ao alunado uma aula de campo como recurso pedagógico.

Projeto Político Pedagógico da Escola 2007/2009

18. Implantar reformas que possam melhorar o aspecto dos banheiros, atentando especificamente para fossa.
19. Conscientizar o aluno da necessidade da preservação do espaço escolar, cuidando da escola (não rasgando os cartazes, não riscando as paredes, não quebrando pratos e copos, não destruindo o jardim, etc).